

Sumaré e o corredor digital paulista: a nova capital brasileira dos data centers — e a corrida contra a tomada

O eixo Anhanguera–Bandeirantes concentra a maior densidade de infraestrutura digital da América Latina. Mas a demanda por conexão elétrica já supera em muitas vezes a capacidade da rede — e a resposta regulatória redesenhou as regras do jogo em plena partida.

LAWINFRA — Direito da Infraestrutura e da Energia · Sérgio Leverdi Campos e Silva, Diretor-Executivo (OAB/DF 12.069) · Brasília-DF · Julho de 2026

3,9 GW

Pedidos de acesso de data centers à Rede Básica somente no Estado de SP (20 dos 43 pedidos validados pelo ONS em dez/2025)

26,2 GW

Total nacional de pedidos de conexão de data centers em nov/2025 — mais de 30 vezes a carga atual do segmento (~800 MW)

R\$ 14,7 bi

Plano de investimento da Microsoft em nuvem e IA no Brasil até 2027, com obras em Sumaré e Hortolândia

+24%

Crescimento da demanda elétrica de data centers na área da CPFL (Grande Campinas) entre 2025 e 2026

SUMÁRIO EXECUTIVO

Enquanto o Nordeste disputa a próxima onda de investimentos digitais com energia excedente, o interior paulista já é o presente: a Região Metropolitana de Campinas — com Sumaré, Hortolândia e Paulínia no núcleo — consolidou-se como o maior mercado de data centers do Brasil e da América Latina, ancorada em Microsoft, Ascenty, CloudHQ e novos entrantes. O gargalo aqui é o inverso do nordestino: **não falta demanda, falta rede**. Os corredores elétricos que servem Tamboré, Vinhedo, Hortolândia e Campinas operam próximos da saturação, e a própria distribuidora local admite não conseguir conectar todos os pedidos.

Este artigo mapeia, em formato Visual Law, os três eixos críticos da região: **(i) infraestrutura** — o descompasso entre o prazo de construção de um data center (18–24 meses) e o de uma linha de transmissão (42–60 meses); **(ii) investimentos** — bilhões contratados sob risco de espera por energização; e **(iii) segurança jurídica** — a caducidade do REDATA, o Decreto nº 12.772/2025 (Temporadas de Acesso) e a transição de um regime de fila cronológica para um regime competitivo de acesso à rede, cuja primeira temporada se encerra em outubro de 2026.

01 · O CORREDOR DIGITAL

Sumaré no centro do maior polo de data centers da América Latina

O eixo que acompanha as rodovias Anhanguera (SP-330) e Bandeirantes (SP-348) tornou-se a espinha dorsal da infraestrutura digital brasileira. A Ascenty — maior operadora da América Latina — estrutura seu crescimento nacional exatamente ao longo desse corredor, de Osasco a Paulínia, e mantém onze data centers apenas entre Sumaré e Hortolândia.^{[1][2]} A Região Metropolitana de Campinas oferece a combinação que o investidor hiperescala

procura: proximidade da capital (baixa latência), densidade de fibra óptica, terra disponível, mão de obra qualificada — herança do polo de TI de Campinas — e, até recentemente, acesso relativamente favorável à energia.^{[1][3]}



Os movimentos recentes confirmam a densidade do polo. A **Microsoft** inaugurou em fevereiro de 2026 dois data centers de IA em território paulista e mantém em construção unidades em Hortolândia e em Sumaré — onde o projeto Sumaré Leste, iniciado em julho de 2023, ocupa 300 mil m² —, dentro do plano de R\$ 14,7 bilhões anunciado para o país até 2027.^{[4][5]} A **CloudHQ** implantou em Paulínia o campus GRU, com fases de três data centers de 48 MW de carga crítica de TI cada, subestação própria e a condição de primeiro projeto de data center autorizado a se conectar diretamente à Rede Básica do sistema elétrico nacional.^[6] Em Sumaré, a **Aurea Finvest** anunciou R\$ 5 bilhões para um complexo de 300 mil m² junto à Rodovia dos Bandeirantes.^[7] E a **Ascenty** conduz o maior ciclo de expansão de sua história — US\$ 1,2 bilhão em quatro novos data centers, com 150 MW já pré-locados a grandes empresas globais de tecnologia e operação prevista até o fim de 2027.^[2]

Microsoft · Sumaré + Hortolândia Plano de R\$ 14,7 bi no Brasil até 2027; dois DCs de IA inaugurados em fev/2026 em SP; Sumaré Leste em obras desde jul/2023 (300 mil m²). ^{[4][5]}	CloudHQ · Paulínia Campus GRU: US\$ 3 bi anunciados; fases de 3×48 MW de TI com subestação on-site; pioneiro em conexão direta à Rede Básica. ^{[6][8]}	Ascenty + Aurea · eixo regional Ascenty: US\$ 1,2 bi em 4 novos DCs, 150 MW pré-locados. Aurea Finvest: R\$ 5 bi em complexo tecnológico em Sumaré (SP-348). ^{[2][7]}
--	---	--

02 · GARGALO I — INFRAESTRUTURA

A corrida bateu na tomada: rede saturada e descompasso de prazos

O sucesso do corredor gerou seu próprio limite. Em dezembro de 2025, o ONS validou 43 pedidos de acesso à Rede Básica somando 7,3 GW — dos quais ao menos 38, totalizando 7,04 GW, eram de data centers. O Estado de São Paulo concentra 20 desses pedidos, com 3,9 GW acumulados, e os corredores elétricos que servem Tamboré, Vinhedo, Hortolândia e Campinas operam próximos da saturação.^[3] No agregado nacional, os pedidos de conexão de data centers somavam 26,2 GW em novembro de 2025 — mais de um quarto de toda a demanda elétrica do país — contra uma carga efetiva do segmento de cerca de 800 MW.^{[3][9]}

A CPFL Energia, concessionária da região, confirma o estrangulamento: a demanda de data centers em sua área cresceu 24% entre 2025 e 2026, já representa 8% da classe comercial em MW, e a companhia declara publicamente que **não consegue conectar todos os pedidos**, por restrições na distribuição e, sobretudo, na transmissão em alta tensão.^[10]

DEMANDA DE CONEXÃO VS. CARGA INSTALADA — DATA CENTERS NO BRASIL

Pedidos de acesso (nov-dez/2025) em comparação com a carga atual do segmento

Carga atual de data centers no Brasil (2025)

≈ 800 MW

Pedidos de acesso de data centers — Estado de SP (dez/2025)

3,9 GW (20 pedidos)

Pedidos de acesso de data centers — Brasil (nov/2025)

26,2 GW

Fontes: ONS (validação de dez/2025); ABDC / Caderno de Transmissão do PDE 2035 (EPE). Barras em escala proporcional aproximada.^{[3][9]}

O DESCOMPASSO TEMPORAL QUE DEFINE O RISCO DO PROJETO

Prazo típico de implantação — construção do ativo digital vs. expansão da rede elétrica

Data center moderno (obra completa)

18–24 meses

Linha de transmissão / subestação de grande porte (licitação → energização)

42–60 meses

O intervalo de até 3 anos entre o ativo pronto e a rede disponível explica a multiplicação de subestações dedicadas custeadas pelo próprio empreendedor — e por que tensões de 230 kV e 500 kV viraram padrão em projetos acima de 200 MW (Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Rede/ONS).^[3]

Do lado da oferta, há reação em curso — mas insuficiente no curto prazo. O Leilão de Transmissão nº 01/2026 contratou R\$ 3,3 bilhões em investimentos, 798 km de novas linhas e 2.150 MVA de transformação; o Plano de Ampliações e Reforços 2025 do ONS estima R\$ 28,1 bilhões em obras até 2030.^[3] Especificamente para a região, o estudo da EPE sobre o eixo Campinas–Bom Jardim–Itatiba (dez/2024) recomendou reforços de subestações e ampliação das linhas de 440 kV, viabilizando conexões de 800 MW a 1 GW conforme o ponto de acesso — com uma segunda fase em elaboração que pode habilitar até 5 GW adicionais na região de Campinas.^[9] Para Sumaré e vizinhança, esse estudo é o documento técnico mais relevante da década: é ele que definirá quanta carga digital nova o corredor comportará, e onde.

03 · GARGALO II — INVESTIMENTOS

Capital contratado, energização incerta

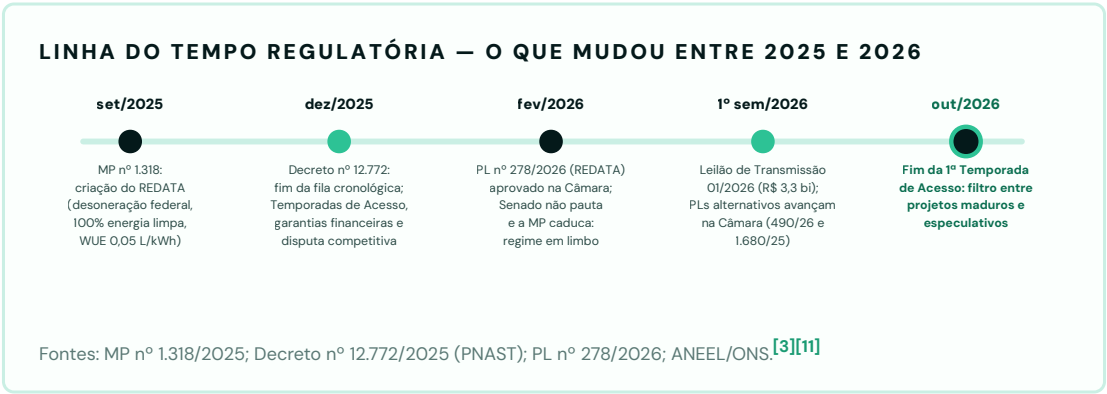
Diferentemente do Nordeste — onde o desafio é monetizar energia excedente —, no interior paulista o risco econômico central é o **custo de espera**: bilhões em ativos que podem ficar prontos antes da energia chegar. A equação de investimento passou a incorporar três estratégias de mitigação:

- **Subestação própria como escopo do projeto.** O empreendedor assume parte da infraestrutura elétrica — modelo adotado pela CloudHQ em Paulínia (subestação on-site com conexão direta à Rede Básica) — antecipando a energização e reduzindo dependência da distribuidora.^{[3][6]}
- **Pré-locação e contratos longos com hiperescalas.** Os 150 MW pré-locados pela Ascenty, negociados em um ano e assinados em três meses, mostram que a demanda firma contratos antes da obra — transferindo ao operador o risco regulatório de conexão e elevando o valor de projetos com acesso já garantido.^[2]
- **Energia firme, não apenas limpa.** O desenho do REDATA exige 100% de energia de fontes limpas ou renováveis e eficiência hídrica (WUE) máxima de 0,05 L/kWh — mas ter lastro renovável no balanço anual não significa ter potência firme no instante da demanda. A distinção entre atendimento contratual e disponibilidade física no ponto de conexão tornou-se o novo perímetro de engenharia (e de contrato) do setor, impulsionando BESS e soluções híbridas, com o primeiro leilão de baterias previsto pelo MME para 2026.^[3]

04 · GARGALO III — SEGURANÇA JURÍDICA

Regras redesenhadas no meio da partida

O investidor que planejou seu projeto em 2024 sob a lógica da fila cronológica de acesso e do incentivo fiscal prometido encontrou, em 2026, um cenário normativo substancialmente diverso — mudança que afeta diretamente Sumaré e vizinhança, onde a disputa por capacidade de subestação é a mais intensa do país.



4.1. O novo regime de acesso: da senioridade à competição

O Decreto nº 12.772, de 5 de dezembro de 2025, substituiu a fila por ordem de chegada pelo modelo de **Temporadas de Acesso**, no âmbito da nova Política Nacional de Acesso ao Sistema de Transmissão: o interessado deve apresentar garantias financeiras e cronograma vinculante, e, quando a demanda superar a oferta de capacidade em determinada subestação — situação típica do corredor de Campinas —, instaura-se **processo competitivo**, com receitas revertidas à modicidade tarifária.^{[3][11]} A primeira temporada se

encerra em outubro de 2026 e funcionará como filtro entre projetos maduros e intenções especulativas. Juridicamente, a transição suscita questões relevantes: tratamento dos pedidos protocolados sob o regime anterior, critérios de julgamento da disputa por margem, natureza e execução das garantias e a judicialização potencial de preteridos — temas que tendem a desaguar na ANEEL e na Justiça Federal.

4.2. O incentivo que ficou no limbo

A caducidade da MP nº 1.318/2025 sem votação do PL nº 278/2026 no Senado retirou do horizonte imediato a desoneração federal que, em alguns projetos, representava até um terço do investimento — fator que alterava decisivamente o *business plan* de multinacionais.^{[11][12]} Para o polo paulista, o efeito é duplo: de um lado, a região perde o reforço de competitividade fiscal frente a mercados internacionais; de outro, mantém vantagem relativa frente ao Norte e Nordeste, já que o desenho do REDATA embutia bônus regional de 20% nas contrapartidas para projetos fora do eixo Sul-Sudeste.^[12] A eventual repactuação do regime redefinirá, mais uma vez, a geografia do investimento.

4.3. A camada municipal: o fator Sumaré

Na escala local, a atração de data centers passa por incentivos fiscais municipais (IPTU, ISS), zoneamento, licenciamento — em Sumaré, o empreendimento da Microsoft obteve parecer da CETESB em razão dos geradores de backup — e contrapartidas urbanísticas.^{[7][13]} A experiência regional mostra prefeituras atuando ativamente para viabilizar implantações, com expectativa de forte incremento de arrecadação.^[7] O risco jurídico, aqui, é o da estabilidade desses pactos locais ao longo de ciclos políticos — recomendando instrumentos com eficácia vinculante (leis específicas de incentivo, termos de compromisso e protocolos de intenções robustos) em vez de arranjos meramente administrativos.

Dimensão	Nordeste (referência comparativa)	Interior de SP — Sumaré e região
Vantagem central	Energia renovável excedente e barata; cabos submarinos	Latência, fibra, ecossistema de TI, proximidade do mercado consumidor
Gargalo físico	Escoamento da geração (curtailment)	Capacidade de conexão da carga (saturação de subestações)
Risco econômico típico	Energia gerada sem comprador/rede	Ativo pronto sem energização (descompasso 18–24 vs. 42–60 meses)
Fronteira regulatória	Compensação por corte (Lei 15.269/2025; CP45)	Temporadas de Acesso (Decreto 12.772/2025); disputa competitiva por margem
Questão jurídica emergente	Judicialização do ressarcimento	Transição de regime de fila; garantias; preterição em processo competitivo

05 · Leitura LAWINFRA — implicações estratégicas para o corredor paulista

- **Corrida para a Temporada de Acesso.** Com o primeiro ciclo do Decreto nº 12.772/2025 encerrando em outubro de 2026, projetos na região de Campinas devem priorizar maturidade documental: garantias financeiras dimensionadas, cronograma vinculante defensável e estudos de conexão robustos — o pedido mal instruído deixou de significar atraso e passou a significar exclusão.
- **Due diligence de margem de subestação.** Aquisições de terrenos e M&A na região devem ser precedidas de análise técnica-regulatória da capacidade remanescente nos pontos de conexão do eixo 440 kV e dos reforços recomendados pela EPE para Campinas–Bom Jardim–Itatiba: o valor do ativo imobiliário passou a embutir, na prática, um prêmio de acesso à rede.
- **Arquitetura contratual do risco de energização.** Contratos de construção, locação (built-to-suit) e pré-locação com hiperescalas devem alocar expressamente o risco de atraso de conexão — condições suspensivas, marcos de energização, multas escalonadas e mecanismos de reequilíbrio — sob pena de o descompasso rede-obra se converter em contencioso privado de grande escala.
- **Autossuficiência elétrica como tese jurídica.** Subestação dedicada, conexão direta à Rede Básica (precedente CloudHQ), autoprodução e BESS reduzem exposição regulatória — mas exigem estruturação precisa perante ANEEL, ONS e concessionárias, incluindo a interface com a CPFL em áreas de sobreposição distribuição/transmissão.
- **Blindagem dos pactos municipais.** Incentivos locais em Sumaré, Hortolândia e Paulínia devem ser formalizados por instrumentos com força normativa e cláusulas de estabilidade, mitigando o risco de reversão em mudanças de gestão — e antecipando o escrutínio de tribunais de contas sobre renúncias fiscais.
- **Monitoramento legislativo dual.** A repactuação do REDATA no Congresso e a regulamentação da Lei nº 15.269/2025 (armazenamento e leilão de baterias) redefinirão simultaneamente o custo de implantação e o custo de energia firme — as duas variáveis que decidem, na planilha do investidor global, entre Sumaré, Querétaro ou Santiago.

Conclusão. Sumaré e o corredor Anhanguera–Bandeirantes provam que o Brasil já compete na primeira divisão da infraestrutura digital. O que está em disputa em 2026 não é a atratividade da região — é a ordem de chegada à rede elétrica sob regras novas, e a capacidade de cada projeto de transformar maturidade jurídica em prioridade de conexão. No novo regime, segurança jurídica deixou de ser tema de tese acadêmica: virou critério de classificação.

06 · FONTES E REFERÊNCIAS

1. Baguete. *Ascenty investe US\$ 1,2 bi em quatro novos data centers* (eixo Anhanguera: Osasco, São Paulo, Jundiaí, Vinhedo, Hortolândia, Sumaré, Campinas e Paulínia; atributos locacionais da RMC), 2026.
2. Baguete/Ascenty. *Dados do ciclo de expansão: US\$ 1,2 bi, quatro data centers, 150 MW pré-locados, operação até o fim de 2027; clientes investindo ~US\$ 5 bi em equipamentos.*
3. Andrzejewski, E. (Tractebel). *Data centers no Brasil: por que a disputa agora é por energia, conexão e engenharia.* Revista Mundo Elétrico / DCD / IPESI, maio–jun. 2026 (ONS dez/2025: 43 pedidos/7,3 GW, 38 de data centers/7,04 GW, SP com 20 pedidos/3,9 GW; saturação dos corredores Tamboré–Vinhedo–Hortolândia–Campinas; Decreto nº

- 12.772/2025 e Temporadas de Acesso; Leilão de Transmissão 01/2026: R\$ 3,3 bi, 798 km, 2.150 MVA; PAR 2025: R\$ 28,1 bi; prazos de 18–24 vs. 42–60 meses; Submódulo 2.3/ONS; REDATA: 100% energia limpa e WUE 0,05 L/kWh; leilão de baterias MME 2026).
4. Olhar Digital. *Microsoft lança novos data centers de IA e nuvem no Brasil*, 11 fev. 2026 (plano de R\$ 14,7 bi até 2027; unidades em construção em Hortolândia e Sumaré; Sumaré Leste iniciado em jul/2023).
 5. IT Show. *Microsoft inaugura 2 data centers de IA no Brasil em 2026*, fev. 2026.
 6. CloudHQ. *GRU Campus — Paulínia* (fases de 3×48 MW de carga crítica de TI; subestação on-site; primeiro projeto de data center autorizado a conectar-se à Rede Básica), 2026.
 7. O Liberal / Aurea Finvest / Prefeitura de Sumaré. *Sumaré terá investimento bilionário para novo data center* (Aurea Finvest: R\$ 5 bi, imóvel de 300 mil m² em área de 500 mil m² junto à SP-348; onze data centers da Ascenty em Sumaré e Hortolândia; parecer CETESB para o empreendimento da Microsoft), 2023–2025.
 8. O Liberal. *Microsoft vai se instalar em Sumaré com Data Center* (CloudHQ: US\$ 3 bilhões para o campus de Paulínia), 2023.
 9. CPG — Click Petróleo e Gás. *Pedidos de conexão de data centers e hidrogênio somam 54,2 GW*, dez. 2025 (ABDC/EPE: 26,2 GW de pedidos de data centers em nov/2025 vs. carga de ~800 MW; estudo EPE Campinas–Bom Jardim–Itatiba: reforços em subestações e linhas de 440 kV para 800 MW–1 GW, com Parte II podendo habilitar até 5 GW adicionais na região de Campinas; PDE 2035).
 10. CNN Brasil — CNN Infra. *Demanda de energia para data centers cresce 24% na área da CPFL*, maio 2026 (crescimento de 24% entre 2025 e 2026; 8% da classe comercial em MW; declaração do CEO Gustavo Estrella sobre impossibilidade de conectar todos os pedidos por restrições de distribuição e transmissão).
 11. Agência Eixos. *Com Redata no limbo, projetos na Câmara tentam incentivar data centers no Nordeste*, jun. 2026 (caducidade da MP nº 1.318/2025; PL nº 278/2026 sem pauta no Senado; PLs nº 490/2026 e nº 1.680/2025).
 12. Nava; DCD Brasil (Ascenty). *Desenho original do REDATA: desoneração federal de até 30% do custo de implantação (até um terço do investimento em alguns projetos); bônus de 20% de redução de contrapartidas para N/NE/CO*, dez. 2025–mar. 2026.
 13. DCD Brasil. *Sumaré recebe grandes projetos de data centers e cresce como polo tecnológico* (eixo Sumaré–Hortolândia–Paulínia; capacidade nacional de ~800 MW com projeção de até 3 GW), 2026.
 14. Normas de referência: MP nº 1.318/2025; PL nº 278/2026 (REDATA); Decreto nº 12.772/2025 (Política Nacional de Acesso ao Sistema de Transmissão — Temporadas de Acesso); Lei nº 15.269/2025 (armazenamento e modernização do marco setorial); Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Rede (ONS).

Documento elaborado pela LAWINFRA — Instituto de Estudos e Pesquisas Observatório Internacional da Justiça e da Arbitragem (CNPJ 32.490.068/0001-92), sob protocolo estrito de verificação de dados: todos os números, projetos e referências normativas citados foram conferidos junto às fontes indicadas na Seção 06, com data-base de julho de 2026. Valores de investimento refletem anúncios públicos das próprias empresas ou de autoridades e podem sofrer revisão; a Microsoft mantém sob sigilo o valor específico da unidade de Sumaré, permanecendo tal cifra “a confirmar em diligência”. Elementos gráficos têm finalidade ilustrativa (Visual Law) e escala aproximada. Este artigo possui natureza informativa e analítica, não constituindo opinião legal formal, recomendação de investimento ou parecer sobre caso concreto.